

UMA NOVA VISÃO GEOESTRATÉGICA NA COMUNIDADE  
DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA.  
A IDENTIDADE DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA

Francisco Duarte Azevedo <sup>a1</sup>, Luís Manuel Brás Bernardino <sup>b2</sup>

<sup>a</sup> Conselheiro de Embaixada, Director do Centro de Análise Estratégica da CPLP em Maputo/Moçambique.

<sup>b</sup> Tenente-Coronel de Infantaria, Professor de Relações Internacionais na Academia Militar.

## RESUMO

A globalização e os enormes desafios sociais que vivemos na atualidade trouxeram para os países e para as organizações novas ameaças e inovadores desafios, especialmente na área da segurança e defesa, pois sem segurança não existe desenvolvimento. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa assenta a sua base genética na cooperação em vários domínios, com realce para língua e para a defesa, onde ao longo dos últimos 15 anos tem evoluído consistentemente na busca de uma cooperação estratégica consolidada.

A “Arquitetura de Defesa da CPLP” que integra todos os vetores de cooperação estratégica representa esse crescimento institucional onde a assinatura recente da “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa” aponta para uma nova visão geoestratégica da Comunidade de Países de Língua Portuguesa que importa perceber e que é o objeto central deste artigo.

**Palavras Chave:** Comunidade de Países de Língua Portuguesa; Centro de Análise Estratégica da CPLP; Segurança e Defesa

---

<sup>1</sup> Contactos: Email – [franciscozvd@yahoo.com](mailto:franciscozvd@yahoo.com)

<sup>2</sup> Contactos: Email – [bernardino.lmb@mail.exercito.pt](mailto:bernardino.lmb@mail.exercito.pt)

Recebido em 04 de agosto de 2015 / Aceite em 10 de outubro de 2015

## ABSTRACT

Globalization and the huge social challenges that we currently live, have brought to the countries and to the organizations new threats and innovator challenges, particularly in the area of security and defense, considering that without security there is no development. The Portuguese Speaking Countries Community has its genetic support on the cooperation in several areas, in particular defense, where, for the last 15 years, evolution has been constant.

The “CPLP Architecture of Defense” that integrates all those vectors of strategic cooperation represents the growing where the recent signature of “CPLP Identity in Defense Domain” indicates a new geostrategic vision of the Portuguese Speaking Countries Community which is important to understand and that is the main object of this article.

**Key-words:** Portuguese Speaking Countries Community, CPLP Center of Strategic Analysis, Defense and Security

*“...A CPLP tem-se afirmado como um espaço internacional que tem como objetivos estratégicos a consolidação da realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, bem como a valorização da progressiva afirmação internacional do conjunto desses países...”.*

In, “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”, 2015, p.4

## 1. INTRODUÇÃO

A primeira ideia que se nos ocorre atualmente sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é a de uma organização internacional assente na partilha de uma identidade comum histórico-cultural que aposta no desenvolvimento da cultura e da língua portuguesa, e que vem afirmando-se no mundo através da adoção de uma inovadora e pragmática visão político-estratégica para a globalização da cooperação entre estados-membros. Visão esta que na área da “Defesa” e “Segurança” se torna mais evidente através das seguintes palavras-chave: mares/oceanos; geopolítica/geoestratégia e cooperação/parceria, pois a partilha de experiências vividas e a comunhão de afetos, muitas vezes citada e proclamada pelo professor doutor Adriano Moreira, sempre norteou os destinos e os objetivos da Organização.

Não sabemos se este trinómio virtuoso poderá significar tudo o que a Comunidade tem como projeto identitário próprio e suficientemente pensada num horizonte

próximo, pois que imbuída da necessidade, cada vez mais útil, de fortalecer a concertação político-diplomática, a cooperação estruturada na área da Defesa (bem como em outros domínios) e especialmente a promoção e difusão da língua portuguesa, continuarão a ser os principais eixos identitários e vetores prioritários da cooperação entre os agora nove países luso-falantes.

Cremos contudo não ser possível refletir, para já, sobre o significado intrínseco da cooperação estratégica e o impacto organizacional a partir dos quais se induzirão aspetos fundamentais para se compreender a importância da Comunidade para os seus países membros, bem como evidenciar uma visão estratégica partilhada, que na vertente da Defesa nos obrigue a abrir os horizontes para os mares e a apostar numa verdadeira cooperação geoestratégica de Defesa.

O verdadeiro dilema é saber como se faz? Como tornar a cooperação bilateral do passado, na cooperação multilateral do presente e refletir sobre a necessidade de ter na Comunidade uma cooperação estratégica para o futuro. Este artigo de opinião procura, numa perspectiva partilhada, refletir sobre os principais desafios que se colocam à Organização no futuro e apontam alguns fatores que induzem a uma nova visão geoestratégica da Comunidade de Países de Língua Portuguesa como resultado da aprovação recente da “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”.

## **2. O MAR COMO ELEMENTO GEOESTRATÉGICO NA COMUNIDADE**

Como sabemos, o mar é um elemento permanente da geografia de todos os Estados membros da Comunidade. Foi pelo mar, essa estrada misteriosa e de aventura e em que os antigos navegadores procuraram os acessos possíveis ao *hinterland* africano e mais tarde, veículo comercial, científico, cultural, com implicações sociopolíticas e humanas, por vezes, bem dramáticas, que os nossos Estados, com continuidades histórico-culturais e linguísticas clarividentes se edificaram, unindo povos de diferentes credos e culturas, uns mais avançados tecnologicamente do que outros.

Foi ainda através do mar, já no final do século XX, que a amálgama de povos em diferentes continentes e, sob a mesma bandeira e a mesma língua de comunicação entre si forjaram identidades agregando-as, trocaram experiências valorativas (sem omitir erros ou desatinos<sup>3</sup> do domínio colonial), clarificaram interesses e proporcionaram, mais tarde, já no final da última década do mesmo século XX, o entendimento solidário e de cooperação que abriria o caminho para a edificação de uma identidade coletiva, agregada, supranacional, tão específica como a CPLP. Não é, por esse motivo despropositado relembrar que a Comunidade foi criada por uma decisão de Estados soberanos e surgiu praticamente duas décadas depois dos processos que levaram à

---

<sup>3</sup> In, “Uma bandeira marítima para a CPLP”, proferido na conferência de encerramento do ciclo de palestras “A Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa”, apresentada na Academia de Marinha em Lisboa, pelo membro honorário Professor Doutor Adriano Moreira, em 27 de setembro de 2011.

independência das ex-colónias portuguesas desenhando-se - independentemente das continuidades e descontinuidades do desenrolar histórico - numa Comunidade lusófona que, apesar de não integrar todo o universo da lusofonia, se orienta para uma inserção regional e global com matrizes culturais, históricas e de afetos comuns.

A CPLP é essencialmente uma Organização na qual o mar, como vetor identitário, tem uma importância pluridimensional e multidisciplinar. E por ser vetor identitário une-se aos fatores estruturantes da Língua e da História comuns, bem como da gestão da sua preservação e sustentabilidade institucional. É assim uma aliança de países marítimos que se reparte por três oceanos, ligando mais de 250 milhões de pessoas vivendo em cerca de 10,6 milhões de quilómetros quadrados de terra e usufruindo de 7,6 milhões de quilómetros quadrados de área marítima.

Neste contexto, o Oceano Atlântico merece especial destaque porque se trata, por excelência, de um largo corredor marítimo cuja importância recrudescer nos últimos vinte anos por razões geopolíticas e energéticas conhecidas, unindo os hemisférios sul e norte do globo, abrindo uma janela de oportunidade para que o espaço da lusofonia e da CPLP se afirme como exemplo de cooperação construtiva e de desenvolvimento interdependente, e ao mesmo tempo, desenvolva uma estratégia securitária cooperativa coletiva em benefício dos Estados membros. Como se sabe, e é hoje um dado adquirido, o desenvolvimento e a segurança são parte da mesma equação. Uma não pode existir sem a outra, pois a segurança induz o desenvolvimento e não existe desenvolvimento sustentado sem segurança.

É também e efetivamente neste “mar moreno”, como lhe chama o Professor Adriano Moreira, que se localiza a esmagadora maioria dos países da CPLP<sup>4</sup>. Especificamente é no Atlântico Sul que se situam dois terços dos países que a constituem. Seis dos nove Estados membros são países lindeiros ao Atlântico Sul, o que confere à Comunidade um enorme valor acrescentado<sup>5</sup> no que respeita a recursos energéticos e às potencialidades estratégicas daí advenientes.

<sup>4</sup> Sete dos actuais nove Estados membros de pleno direito da CPLP são países lindeiros do Atlântico (para além de dois Estados que tem o estato de Observador Associado – Namíbia e Senegal). No caso do Oceano Atlântico e porque este já foi sobejamente reconhecido como o mar por excelência da CPLP, e atentas as conhecidas ameaças transnacionais e os focos de instabilidade da região do Golfo da Guiné (com destaque para a pirataria, o tráfico de pessoas e estupefacientes, os fluxos migratórios ilegais, o tráfico de armas) bem como o respetivo impacto nas populações locais, a nova geopolítica dos recursos energéticos do Atlântico Sul alcança uma importância tal que induz a uma nova concertação das seguranças marítimas nacionais. Convém não esquecer que as ameaças no mar têm origem em terra, o que obriga a um reforço da cooperação no domínio da segurança e da defesa no seio da Comunidade. In, “A CPLP e o Atlântico Sul”, excerto da intervenção do Diretor do CAE/CPLP, Francisco Azevedo no VIIIº ENABED, Brasília, 8-10 de setembro de 2014.

<sup>5</sup> “... A condição ribeirinha/marítima de todos os Estados membros da CPLP proporciona enormes vantagens que importa maximizar. O potencial estratégico do mar advém, entre outros, dos recursos estratégicos aí existentes, da sua importância geopolítica e estratégica no atual sistema internacional e da sua condição de fator de conexão e de desenvolvimento. Contudo, este enorme potencial, para ser maximizado, tem de ser devidamente explorado e protegido, pelo que a componente de defesa da CPLP tem um importante papel a desempenhar, onde o conhecimento situacional marítimo tem uma relevância acrescida, pois só assim se conseguem combater as ameaças que se materializam no ambiente marítimo...”. In, “A Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”, 2006, p. 7.

Na verdade, considerada a bacia deste mar ao sul, profundo e vasto abarcando dois continentes mesclados nas suas culturas, verificamos ainda que é em português que se entendem o Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. E provavelmente outros países que tiveram recentemente acesso à Organização, quer no âmbito da plena adesão ou simplesmente como observadores associados e estão a procurar desenvolver uma estratégia nesse sentido, tais como a Guiné-Equatorial, o Senegal e a Namíbia.

Mas também é importante destacar desde já que as complexidades e desafios securitários globais - que são marca da atual circunstância e se refletem no crime organizado, designadamente a pirataria, o tráfico de substâncias psicotrópicas e de pessoas, os conflitos regionais - merecem a atenção e a preocupação dos países da CPLP<sup>6</sup>, não só pela constatação da necessidade de desenvolverem capacidades de proteção, vigilância e de segurança marítimas conjuntas, mas também pelo facto de ser inegável e imprescindível que os elementos e instrumentos securitários seja matéria de uma vasta e incontornável cooperação bi e multilateral, o que traduz a interdependência da circunstância global e o acervo de uma colaboração estratégica que deve ser aprofundada. Com efeito, o valor e o potencial do mar são hoje, mais do que nunca, equacionados perante o binómio já acima referido do desenvolvimento/segurança dos Estados e elemento estratégico no seio das organizações.

No que respeita à CPLP, sabemos que, além dos 50% das recentes descobertas de recursos energéticos da última década e que se encontram em áreas de influência geográfica de países da Comunidade, urge que cada Estado membro desenvolva capacidades no sector da segurança marítima com impacto bastante para garantir a proteção das suas zonas económicas exclusivas e das suas plataformas continentais, bem como nas áreas de busca e salvamento e que já se encontram sob a sua responsabilidade, designadamente de Portugal e do Brasil. Tal como referido pelo Diretor do CAE/CPLP, Francisco Azevedo, por ocasião do VIII<sup>o</sup> ENABED que decorreu em Brasília, de 8 a 10 de setembro de 2014:

*“...a CPLP na sua relação com o Oceano Atlântico impele-nos a compreender não apenas a importância geoestratégica das duas margens (africana e sul-americana) mas sobretudo reconhecer um triângulo estratégico no quadro da CPLP e avaliar a medida de outros interesses que concorrem na região para que se percebam claramente quais as potencialidades deste mar oceano e que tipo de cooperação se pretende a médio e longo prazo. É evidente que num mundo em mudança acelerada, a concentração regional alcança um peso de tal forma decisivo que influi na geopolítica e determina uma estratégia de dinâmicas sujeitas a constantes adaptações...”*

---

<sup>6</sup> “... É no Atlântico Sul que se situa a maioria dos Estados Membros da CPLP. Este espaço geográfico conta com importantes recursos energéticos em ambas as margens, mas também com diversos desafios de natureza securitária relacionados com o crime organizado transnacional, a pirataria, ou os conflitos regionais, merecendo por isso especial atenção dos países da CPLP...”. In, “A Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”, 2006, p. 4.

No caso do Atlântico, atentas as conhecidas ameaças transnacionais e os focos de instabilidade da região do Golfo da Guiné (com destaque para a pirataria, o tráfico de pessoas e estupefacientes, os fluxos migratórios ilegais, o tráfico de armas) bem como o respetivo impacto nas populações locais, a nova geopolítica dos recursos energéticos do Atlântico Sul alcança uma importância tal que induz a uma nova concertação dos mecanismos de segurança marítima nacionais.

Convém não esquecer, como vimos, que as ameaças no mar têm origem em terra e não no mar, o que obriga a um reforço da cooperação no domínio da Segurança e da Defesa no seio da Comunidade. A segurança marítima é, pois um fator estratégico de desenvolvimento e com maior acuidade no Atlântico Sul e especialmente na região do Golfo da Guiné. Os conflitos em determinados Estados Africanos têm levado a comunidade internacional a implementar mecanismos de desenvolvimento e segurança que obrigam a intervenções sob mandato da ONU, da União Europeia e da própria NATO, e cada vez mais “...com maior frequência e intensidade...”<sup>7</sup>. A CPLP como comunidade marítima, necessita de uma gestão sustentada dos seus recursos. Aspeto que não tem sido descurado pela Organização mas cuja evolução e progresso na presente conjuntura se tornam prementes agilizar. Não é demais recordar que em 2007 o Conselho de Ministros da Comunidade determinou que a “...concertação de esforços entre os países da Comunidade no sentido da elaboração de uma visão integrada, com vista a promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as suas respetivas jurisdições nacionais, inclusive por meio da cooperação internacional...”<sup>8</sup> fosse devidamente refletida e implementada. Estavam, pois, lançadas as bases da “Estratégia da CPLP para os Oceanos”<sup>9</sup> que transmitiu uma inovadora e arrojada perspetiva para o mar e para os Oceanos. Partindo do pressuposto de que os Estados membros da Comunidade já não eram alheios à importância da adesão à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Estratégia da CPLP para os Oceanos, ao basear-se nas políticas nacionais dos Estados membros, teve um objetivo comum de partilha e união e também de tomada de consciências sobre a enorme diversidade das realidades de cada país quanto aos níveis de desenvolvimento, bem como aos aspetos relacionados com a caracterização das respetivas inserções geográficas regionais.

---

<sup>7</sup> Luís Bernardino, In “A Segurança Marítima no seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia”, Instituto de Defesa Nacional, Revista Nação e Defesa, nº 128, p. 46.

<sup>8</sup> Idem. Ver também a Resolução do Conselho de Ministros da CPLP, de 2 de novembro de 2007, XII CM CPLP/PR.9/2007.

<sup>9</sup> “...A estratégia da CPLP para os Oceanos rege-se por princípios e objectivos transversais aos demais vectores da cooperação no seio da comunidade, nomeadamente pelos princípios de igualdade soberana dos estados membros; do respeito pela integridade territorial; da promoção do desenvolvimento; e da promoção da cooperação mutuamente vantajosa. entre os objectivos da comunidade, contam-se propósitos que podem igualmente ser relacionados com a presente estratégia, como a concertação político-diplomática entre estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença na cena internacional e a cooperação em vários domínios, como por exemplo os da educação, ciência e tecnologia, defesa, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura e desporto...”. Luís Bernardino, In “A Segurança Marítima no seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia”, Instituto de Defesa Nacional, Revista Nação e Defesa, nº 128, pp. 49-50.

Assinado em Lisboa, em março de 2010 pelos Ministros do Mar e/ou tutelas, aquele documento reflete ainda hoje uma excelente oportunidade para uma cooperação multilateral integrada na medida em que tem o mar por objeto e também por instrumento, com base no conceito de desenvolvimento sustentável e da correta gestão dos recursos marinhos. Assim, a Estratégia veio demonstrar a tipificação das ações de cooperação, apostando numa maior interdependência e interoperabilidade nos mais diversos segmentos, bem como salienta o caráter multidisciplinar de intervenção e, ao mesmo tempo, vislumbra um sentido de partilha e repartição de tarefas a serem cumpridas pelos Estados membros, incluída a cooperação no domínio da Defesa e especialmente na vertente da segurança marítima.

E já é de cooperação que estamos a falar. Ela é o eixo central de toda a orgânica das ações da organização e o âmagão dos projetos que possamos idealizar para o futuro. Está presente em todas as suas vertentes e constitui o vértice em função do qual se move toda a Comunidade. É neste vértice que assenta a análise conjuntural e prospetiva dos paradigmas e desafios globais, funcionando como elemento-motor da interatividade e do juízo assertório na implementação de estratégias e programas de cooperação. Sublinha-se por isso a pertinência e o caráter incontornável da cooperação em geral, no âmbito da Comunidade e o seu contributo para a formulação de doutrinas e implementação de iniciativas de interesse comum para os Estados membros.

A cooperação da CPLP no domínio da Defesa é, como se sabe, um subsistema da cooperação geral da Comunidade. Com base na recomendação dos Ministros da Defesa de Portugal e dos PALOP, de julho de 1998, iniciaram-se as atividades nesta componente, tendo o Brasil ainda, numa primeira fase, mantido o estatuto de observador, acabando por se assumir como membro de pleno direito cerca de três anos mais tarde. Com efeito, os ministros estavam então conscientes do valor e da importância que a Cooperação Técnico-Militar (CTM) portuguesa possuía, a nível bilateral, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e que no entendimento comum e, ao mais alto nível, foi considerada a “...*vertente primordial da relação fraterna que se...*” vinha “...*renovando e fortalecendo entre os respetivos países e as suas Forças Armadas...*”. Nesse sentido, “...*decidiram enveredar por uma nova fase desta cooperação, alargando-a, em determinados domínios, a um novo conceito de globalização...*”. Nascia assim, o “Conceito de Globalização da Cooperação Técnico-Militar”, que seria relevante para o futuro da CPLP.

### **3. A COOPERAÇÃO MILITAR NO SEIO DA COMUNIDADE**

Através do apuramento dos resultados positivos da Cooperação Técnico-Militar bilateral de Portugal com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e que, em determinado momento do seu patamar evolutivo, permitiu que se globalizasse aquela experiência, partilhando-a entre os Estados membros, foram

então identificadas “...novas áreas de cooperação a serem concretizadas numa perspectiva globalizante...”, figurando entre outras a “...criação de um Centro de Análise Estratégica, com sede em Maputo e núcleos em cada um dos países, fomentando-se uma maior e melhor consciencialização dos assuntos e matérias naqueles domínios...”<sup>10</sup> bem como a criação de um Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD) que seria acolhido em Lisboa e que seria o coração e o cérebro da cooperação na área da Defesa.

O Acordo sobre a Globalização da Cooperação Técnico-Militar que viria a ser assinado pelos Ministros da Defesa dos Estados membros em 25 de maio de 1999, na cidade da Praia, fez com que a componente de defesa da Comunidade evoluísse para a consolidação dos seus Órgãos estruturantes, que mantiveram e têm mantido, até à presente data, a sustentabilidade de iniciativas e atividades, já incontornáveis, no quadro de uma cooperação estratégica estruturada e a benefício de todos e em função do objetivo global de “...promover e facilitar a cooperação (...) sistematizando e clarificando as ações a empreender...”.

Construiu-se assim uma arquitetura dinâmica com base nos seguintes Órgãos estruturais: O Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP (SPAD); as Reuniões de CEMGFA; as Reuniões de Diretores Nacionais de Política de Defesa; as Reuniões de Ministros da Defesa da CPLP. Seria ainda criado para funcionar como órgão da componente de Defesa da Comunidade para pesquisa, estudo e difusão de conhecimentos no domínio da estratégia com interesse para os objetivos globais dos Estados membros o Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP).

Esta caracterização simples e pragmática contida, regra geral, nos normativos pertinentes, engloba, no entanto, uma multiplicidade de vetores que explicam não só a génese mas também o contexto em que se gerou a ideia da criação do CAE/CPLP, bem como as valências e meios que assistiram à sua constituição. Outras iniciativas viriam a constituir-se e a consolidar-se, designadamente os Exercícios Militares da série “FELINO”, a Conferência das Marinhas da CPLP e o Fórum de Saúde Militar, entre outros.

Um aspeto que, no entanto, importa sublinhar nesta componente da cooperação na área da Defesa da CPLP são os normativos jurídico-políticos respetivos. Na verdade, o quadro jurídico-político dos Órgãos e as iniciativas acima referidas foram, como se sabe, em primeiro lugar, político e depois jurídico, na medida em que a prática e o seu exercício funcional careceram, de imediato, da legitimidade que só o nível político poderia anuir, através das declarações finais da reuniões de ministros, recomendando as ações bem como as orientações político-estratégicas dos projetos a implementar e dando assim espaço para que

---

<sup>10</sup> Estava dado o mote para a criação do CAE/ CPLP



cada uma das componentes ou níveis se articulassem entre si. E o quadro legal seria criado a *posteriori* adequando-o à realidade conjuntural.

Esse quadro legal acabaria por ser aprovado pelos Ministros da Defesa na Cidade da Praia – Cabo Verde, em 15 de setembro de 2006. Referimo-nos ao “Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa” e que é atualmente o documento-quadro com base no qual se rege toda a cooperação dos Países da CPLP neste domínio. Estando já ratificado pela maioria dos Estados membros, não se encontra ainda em vigor, em virtude do seu Artigo 15º estabelecer que aquele instrumento só “...entrará em vigor após a conclusão das formalidades legais, por parte de cada um dos Estados membros...”, o que deveria acontecer muito em breve apesar de ter levado quase uma década para ser ratificado pelos Estados membros.

Contudo, sem perder de vista a natureza e o sentido para o qual foi criada a componente de Defesa da Comunidade, é no Artigo 4º do Supracitado Protocolo de Defesa que se consubstanciam algumas linhas orientadoras, identificadas pela solidariedade entre os Estados membros, a sensibilização das comunidades nacionais sobre a importância e o papel das Forças Armadas de cada um dos países na defesa da sua nação, a troca de informações estratégicas, diria mais ousadamente, a partilha de informações que visem reforçar a defesa dos nossos países à luz das ameaças e desafios do entorno global, a formação militar, o prosseguimento dos Exercícios Militares FELINO, o desenvolvimento de sinergias para o reforço do controlo e fiscalização dos espaços marítimos de cada um dos nossos países e outros como o fórum de saúde militar, a conferência de marinhas e outras ações que possam reforçar a afirmação da componente de Defesa da Comunidade.

No entanto, e apesar desta restrição legal, o articulado do Protocolo de Defesa consagra e reconhece a necessidade de estreitar a cooperação neste domínio, sendo a paz, a segurança e as boas relações político-diplomáticas fatores primordiais para uma cooperação frutuosa e proactiva, capaz de impulsionar o estreitamento dos laços de solidariedade entre cada um dos Estados membros, projetando a Comunidade como uma organização de paz e de cooperação para a segurança, defesa e desenvolvimento. O que significa que a CPLP tem vocação natural para ser parceira com outras organizações de ações e iniciativas conjuntas, em benefício e de interesse comum nomeadamente nos contextos regionais de inserção. Estamos cientes de que uma cooperação aprofundada com a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), com a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), por exemplo, bem como outras organizações regionais no entorno do Atlântico (Norte e Sul) devem ser vistas como um exercício salutar de construtivismo e a favor do desenvolvimento sustentado e da afirmação de cada país e da Comunidade.

Das reflexões que entretanto foram sendo feitas sobre o Protocolo resultaria, oito anos depois, a recomendação dos Ministros da Defesa dos Estados membros, na XVª Reunião realizada em Lisboa, em 26 de maio de 2014, para que a componente de Defesa fosse dotada de um mecanismo de cariz orientador e conceptual, capaz

de dar sentido às iniciativas e à cooperação multilateral neste sector. Tratava-se de elaborar um novo instrumento estruturante e também otimizador das sinergias da cooperação e que veio a ser designado por “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”. Este documento que viria a ser aprovado em 26 de maio de 2015, na cidade de São Tomé e foi ratificado no último Conselho Ordinário de Ministros da CPLP, realizado em Díli, no passado dia 24 de julho de 2015.

#### **4. A IDENTIDADE DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA**

Sobre a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, importará realçar, ainda que brevemente, o carácter inovador do mesmo. O documento não só reúne os conceitos fundamentais que envolvem a geopolítica e o entorno global dos Estados membros, e naturalmente o Atlântico Sul e Norte, mas também, pretende ser, do ponto de vista conceptual, a matriz fundamental da componente de Defesa.

No vazio da existência ainda de um conceito estratégico da CPLP, aquele documento chama a atenção para a importância das entidades coletivas, o que as une, o que as agrega, clarifica e orienta, sendo que no caso da Defesa serão os interesses comuns neste sector que potenciam a cooperação em diferentes domínios, maximizando respostas comuns. E este princípio aplica-se obviamente ao universo da cooperação que se pretende para o segmento securitário dos Estados membros no Atlântico Sul. Além disso, identifica a matriz identitária da CPLP com base na Declaração Constitutiva e no atual Estatuto da Comunidade apontando para o seu vértice fundamental, a cooperação estratégica.

Mas é evidente também a necessidade do enquadramento do contexto estratégico da Comunidade e esse aspeto surge bem visível no ponto 2 do texto, onde se identificam algumas dinâmicas de insegurança (e de segurança) no espaço da lusofonia. Donde resulta a exigência de abordagens e capacidades não só multissetoriais mas também multilaterais e multidimensionais. Também a inserção regional dos países da Comunidade deve ser vista e analisada - e o documento incide nesse vetor - como uma mais-valia óbvia para a Comunidade, na medida em que impulsiona o aprofundamento da cooperação intra-CPLP e projeta a Organização nos contextos regionais e constitui para valorizar a comunidade como uma organização de dimensão global e globalizadora.

O ponto 3 identifica os valores comuns e interesses da CPLP no domínio da Defesa e, embora não o fazendo de uma forma exaustiva, fá-lo de uma forma clara e com base, uma vez mais, nos princípios gerais e objetivos da Organização e em função da circunstância conjuntural, ou seja, vistos numa perspectiva dinâmica que envolvem os valores designadamente culturais (caso da Língua Portuguesa), os valores humanistas e os da Democracia e Direitos Humanos; e vê na concertação político-diplomática um instrumento fundamental para salvaguarda de interesses comuns, tal como na cooperação a alavanca fundamental

do multilateralismo construtivo ou aberto. E porque é de cooperação e do seu potencial que se fala como o principal referencial deste documento, o setor militar é referido como um dos melhores exemplos do espírito cooperativo e da interatividade humana e cultural.

Destaca-se também mais uma vez, a condição ribeirinha de todos os Estados membros da CPLP e que acima assinalamos bem como o potencial estratégico do mar, dos seus recursos e da sua importância geopolítica no contexto global. O mar é a maior janela de oportunidades para a Comunidade, que temos de saber a aproveitar e potenciar de uma vez por todas. O documento é, aliás explícito nesta matéria e, como sabemos:

*“...a condição ribeirinha/marítima de todos os Estados membros da CPLP proporciona enormes vantagens que importa maximizar. O potencial estratégico do mar advém, entre outros, dos recursos estratégicos aí existentes, da sua importância geopolítica e estratégica no atual sistema internacional e da sua condição de fator de conexão e de desenvolvimento. Contudo, este enorme potencial, para ser maximizado, tem de ser devidamente explorado e protegido, pelo que a componente de defesa da CPLP tem um importante papel a desempenhar, onde o conhecimento situacional marítimo tem uma relevância acrescida, pois só assim se conseguem combater as ameaças que se materializam no ambiente marítimo...<sup>11</sup>”.*

Mas a CPLP representa ainda no sector de Defesa um significativo potencial de dissuasão e que também deve ser desenvolvido no contexto securitário do Atlântico (Sul e Norte). Nesse aspeto, as diferentes e diversas iniciativas multilaterais, vistas à luz dos atuais desafios securitários – e que também se encontram referenciados no texto sobre a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, – assumem uma importância incontornável. Trata-se de cooperar nos domínios da formação (que inclui a educação, treino, capacitação e valorização das forças); a partilha de informação estratégica relativa a ameaças e desafios que se impõem aos Estados membros e que cada vez mais não é possível enfrentar sem uma cooperação ativa e multilateral e a partilha de tecnologia, que racionalizem custos e meios e ao mesmo tempo confirmem capacidade de dissuasão e melhor segurança aos Estados membros perante os desafios e a rápida evolução tecnológica a que assistimos no mundo global.

Relativamente aos pilares da Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, o texto sintetiza as linhas de ação da Comunidade nesta componente, assentando-os na questão dos valores e interesses comuns aos países da Comunidade; na

---

<sup>11</sup> In, “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”, 2015, p. 7.

mobilização cooperativa (cooperar é a palavra de ordem); no aproveitamento das sinergias que advém da idiossincrasia da Organização no domínio da Defesa; na ação do instrumento militar e da cooperação daí resultante. Cremos, no entanto, que mais do que cooperar, a palavra de ordem para uma cooperação multilateral frutífera da Comunidade, tal como ela transpira do documento sobre a identidade no domínio da Defesa, é partilhar conhecimento, formação, tecnologias, desafios e principalmente resposta às ameaças. E ao falarmos de partilha estamos a falar de interatividade assumida como interoperabilidade e que parece, nesta perspectiva ser o verdadeiro desafio que se impõe à CPLP no quadro de uma nova geopolítica, de uma nova geoeconomia e por consequência, de uma nova geoestratégia que emerge como resposta premente às grandes ameaças globais, nomeadamente o terrorismo, expressamente o terrorismo militante, a pirataria e a guerra cibernética, que produzem disrupção no Estado.

O documento termina com um apelo à vontade e empenho político para materialização de ações concretas. E este é quanto a nós, o ponto fulcral do sucesso de qualquer cooperação o seio de uma organização. Com efeito, os ingredientes da cooperação integrada e interativa já se encontram expressos nos documentos acima referidos, afigurando-se necessário o seu aprofundamento e a efetiva operacionalização. Daí que se torne premente o empenho político ou a vontade decisora das instâncias superiores da Comunidade para que a cooperação bi e multilateral se desenhe como resposta coerente e efetiva aos desafios da presente conjuntura e às ameaças globais que todos enfrentamos, especialmente num momento em que se assiste a uma alteração global e profunda dos paradigmas securitários. E é com estes elementos que nos parece essencial encararmos a cooperação da CPLP no domínio da Defesa.

Em jeito de conclusão, salienta-se que o Atlântico Sul tem sido, até agora, uma região que funciona como um corredor aberto e pacífico de acesso aos mercados do Norte geográfico. Mas independentemente do desenvolvimento de capacidades dissuasoras, quer em termos de uma estratégia de defesa regional quer na sua operacionalização, não se pode descurar o que se passa no norte do Atlântico sem avaliar as consequências para o sul e vice-versa. A globalização obriga-nos à crescente interdependência e ao reforço da cooperação na segurança internacional no cômputo direto das responsabilidades regionais. O seu cometimento como primeira linha defensiva de qualquer sistema dissuasor parece ser hoje um dado adquirido. Mas não se dirime numa compartimentação estanque. Ao contrário, encoraja dinâmicas pró-ativas e uma complexidade de relacionamentos tanto bilaterais como multilaterais.

Por isso, a CPLP, não podendo agir nem como bloco defensivo regional, nem como estrutura global de defesa capaz de atuar em qualquer cenário, porque a isso a obrigam a Declaração Constitutiva, os seus Estatutos e nomeadamente o Protocolo da Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, tem no entanto uma vocação universal de proteção e intervenção humanitárias que consubstanciam

a sua atuação na resposta aos pedidos de quaisquer dos parceiros em apoio a essas situações e de Manutenção de paz no quadro restrito das missões da ONU ou sob sua égide. Aliás, em diversas destas missões de manutenção da Paz das Nações Unidas têm participado forças de países da CPLP, designadamente; Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal.

Só assim fazem sentido os Exercícios Militares FELINO, as iniciativas das Marinhas da CPLP, o quadro normativo da Estratégia da CPLP para os Oceanos, a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa e fará igualmente sentido, a Nova Visão Estratégica da CPLP que está em estudo no seio da Comunidade e transmitirá os caminhos para o futuro.

## 5. CONCLUSÕES

Para concluir, gostaríamos de realçar um aspeto que releva do texto da “Identidade da CPLP no Domínio de Defesa” e está relacionado com a questão da interoperabilidade de forças e que poderá aplicar-se no contexto de uma Arquitetura de Segurança Marítima para o Atlântico Sul. Trata-se de um conceito que esteve sempre presente no seio da CPLP, pelo menos, desde a institucionalização dos Exercícios Militares “FELINO” e além disso emerge dos objetivos específicos da cooperação no domínio da Defesa. Destacariamos assim neste âmbito a criação de uma plataforma de partilha de conhecimentos em matéria de defesa militar e de segurança marítima e na qual o CAE/CPLP teria um importante papel a desempenhar, e ainda a promoção de uma política comum de cooperação aliada ao contributo para o desenvolvimento das capacidades militares internas com vista ao fortalecimento das Forças Armadas dos países da Comunidade.

Acreditamos contudo que o desafio maior da Comunidade residirá em saber lançar as pontes do diálogo e da cooperação construtiva num mundo que parece desabar à nossa frente (quase como uma fatalidade) e que temos a obrigação moral de reerguer em cada ação, em cada iniciativa, em cada quadro da cooperação para a segurança e para o desenvolvimento. Neste contexto, a Comunidade pode e deve afirmar-se desenvolvendo capacidades no multilateralismo cooperativo, tornando-se cada vez mais uma alternativa num mundo global em que o elemento securitário assume cada vez mais e maior importância. Por isso, equacionamos uma cooperação multilateral sustentada em toda a bacia atlântica, em especial o Atlântico Sul. Mas não a podemos compartimentar, pois, como refere Adriano Moreira “...sem segurança não há condições de desenvolvimento e sem desenvolvimento não poderá haver segurança...”. O construtivismo cooperativo tem algo a ver com o poder brando (*soft power*) dos Estados que desenvolvem capacidades de liderança regional e na nossa óptica deve ser a meta conceptual para afirmar a comunidade neste campo da Defesa, contribuindo para impulsionar capacidades nos Estados membros nas áreas da formação, da partilha de informação e do desenvolvimento tecnológico,

entre outros. Pelo que julgamos adequado dizer que não faltarão áreas onde essa interação bilateral e multilateral multidisciplinar será prioritária à luz da natureza de cada ameaça ou desafio. A questão que se coloca no futuro aos políticos e académicos é saber se a CPLP tem esta capacidade? Se a CPLP pode e deve ser esse instrumento de segurança e desenvolvimento.

Na verdade, se estamos a pôr a pergunta é porque ela já contém uma resposta e não é propriamente a de um sonho sempre adiado, embora o pareça até agora, por circunstâncias que se prendem não só com a dispersão geográfica, a inserção regional de cada Estado membro e respetivos compromissos, mas também com as vicissitudes internas próprias de dinâmicas políticas e de segurança e defesa globais. Daí que resulte uma perceção de um caminho mais lento do que aquele que seria de esperar. O que se torna por vezes desconcertante são algumas exigências de celeridade relativamente às iniciativas e ao alcance dos patamares de desenvolvimento sustentado no seio da Comunidade, atendendo à diversidade e desigualdade dos níveis de desenvolvimento político, económico e social de cada Estado membro e à própria jovialidade da Organização.

Brevemente cumprir-se-ão vinte anos da sua existência. E a este propósito, será oportuno realçarmos alguns elementos fundamentais que poderão contribuir para as linhas de ação e visão político-estratégica da CPLP na próxima década, a saber: A necessidade de aprofundar a cooperação em todos os sectores, respeitadas as legislações e a soberania de cada Estado membro; Apostar na educação global, na formação de quadros, na interação de diferentes níveis e estruturas de forma a criar uma teia integrada de ações cooperativas multilaterais, respeitando os diferentes níveis de desenvolvimento dos Países integrantes; Incentivar a criatividade das novas gerações nas áreas da investigação científica e tecnológica e dos recursos marinhos contribuindo para que cada Estado membro diminua as faixas de dependências externas por forma a encorajar o desenvolvimento sustentável; Apostar no planeamento de recursos (geopolítica da energia e geoeconomia de mercados) através do que acima se refere quanto à partilha mútua e de interesse comum em prol do desenvolvimento das nossas comunidades; e aprofundar a concertação político-diplomática de forma a projetar a imagem da Comunidade no plano externo e nos fora internacionais.

A componente de Defesa dos países da CPLP tem, pois, desde a sua criação em 1999, contribuído de uma forma positiva e construtiva para a Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade. Contudo, uma análise mais aprofundada, deixará a descoberto todo um conjunto de iniciativas, que apesar de discretas, têm constituído passos para uma consolidação e agora, (porque não?) visibilidade que se afigura importante, sobretudo numa conjuntura que exige de todos nós uma reflexão profunda à luz do que está a ser gerado na chamada “Nova Visão Estratégica da CPLP” saída das resoluções da Cimeira de Díli, em 2014. É essencial a contribuição da componente de Defesa da Comunidade não só pelo

caracter eminentemente construtivo e cooperativo, mas também pelo exemplo de coesão que os diferentes Órgãos desta componente de Defesa têm demonstrado, inclusive, em circunstâncias por vezes bem complexas. Seguindo estritamente o princípio da cooperação bilateral e multilateral entre parceiros soberanos e iguais no nível decisor da Comunidade, haverá que ter sempre presente que serão muito mais as coisas que nos unem do que aquelas que nos separam. E estes aspetos estão bem evidenciados na “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa” e, como vimos, orientador, inclusive para uma cooperação atlântica aprofundada e estratégica. Esperemos também que não seja apenas mais um documento, porque a CPLP pode certamente orgulhar-se da sua componente de Defesa que tem agido, ao longo dos últimos 15 anos, com um espírito cooperativo, construtivo e gerador do aprofundamento das relações entre todos os parceiros. Haja vontade política e empenho dos Estados membros.

Lisboa/Maputo, 4 de Agosto de 2015

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDINO, Luís Manuel Brás (2007) - Estratégias de Intervenção em África. Uma década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa, Editora Prefácio, ISBN 978-989-8022-87-5.
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás e LEAL, José Santos (2011) – A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, IDN Cadernos, 2011, ISSN 1647-9068.
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás e ALMEIDA, Eugénio Costa (2013); A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, in *Revista Militar*, 2532 65-1, janeiro de 2013: 43-61; ISSN: 0873-7630.
- GUEDES, Armando Marques (2012) - Da desregulação ao recentramento no Atlântico Sul e a construção da «Lusofonia». *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 3, N.º 1, Primavera 2012. Disponível em: [http://observare.ual.pt/janus.net/pt\\_vol3\\_n1\\_art1](http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol3_n1_art1).
- MOREIRA, Adriano (2002) – Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Editora Almedina, 4ª Edição, ISBN 972-40-1771-0.
- MARCHUETA, Maria Regina (2003) – A CPLP e o seu Enquadramento. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- MACQUEEN, Norrie (2003) - A Community of Illusions? Portugal, the CPLP and Peacemaking in Guinea-Bissau, in *International Peacekeeping*, Vol. 10, No. 2, Summer 2003, pp.1-26. London: Frank Cass. ISSN 1353-3312.

- MONJARDINO, Carlos Valente (2002) – A Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Lisboa: Academia Internacional de Cultura Portuguesa. 29
- NEY, Joseph S. Júnior (2002) – Compreender os Conflitos Internacionais- Uma Introdução à Teoria e à História (Trajectos). Lisboa, Editora Gradiva. ISBN 972-662-845-8.
- OLIVEIRA, Aparecido de (1999) - Os Fundamentos da CPLP: O Projecto. In Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ed. Instituto de Altos Estudos Militares. Edições Atena, S. Pedro do Estoril, pp. 5 – 15.
- PCDD (2006) – Protocolo de Cooperação dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, Secretariado Permanente Assuntos de Defesa da CPLP, Lisboa, 2006.
- SANTOS, Vítor Marques (2005) – Portugal, a CPLP e a Lusofonia – Reflexões sobre a Dimensão Cultural da Política Externa. Lisboa: Edição do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

### **FRANCISCO CARLOS DUARTE AZEVEDO**

De nacionalidade portuguesa é diplomata de carreira e desde 12 de outubro de 2012 desempenha o cargo de Director do Centro de Análise Estratégica da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CAE/CPLP) em Maputo – Moçambique.

### **LUÍS MANUEL BRÁS BERNARDINO**

É Tenente-Coronel de Infantaria do Exército Português, habilitado com o Curso de Estado-Maior. Pós-Graduado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa, Mestre em Estratégia e Doutoramento em História dos Factos Sociais na especialidade de Relações Internacionais (ISCSP-UTL). Desenvolve investigação no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL). É membro da Direção da Revista Militar e da Direção da Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia Lisboa, e sócio correspondente do Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEA). Participa em seminários nacionais e internacionais e publica, regularmente, artigos em revistas da especialidade sobre segurança e defesa em África. Atualmente é Professor de Relações Internacionais na Academia Militar em Portugal e membro da Direção do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar (CINAMIL).





## IDENTIDADE DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA

### 1. INTRODUÇÃO

As identidades coletivas, em qualquer domínio considerado, assumem uma importância central; a sua afirmação dá sentido aos projetos comuns, promove a solidariedade entre membros e contribui para justificar a existência perante as comunidades. Quando emergentes das continuidades histórico-culturais e linguísticas, resultantes de uma decisão soberana de povos independentes e associadas ao domínio estratégico, as identidades contribuem para três funções primaciais: agregar, no sentido de mobilizar os diversos sistemas e entidades; clarificar, no sentido de identificar claramente os interesses a salvaguardar, as opções e as prioridades; e orientar, para proporcionar as necessárias diretrizes gerais para o planeamento subsequente.

No quadro do referido anteriormente, a necessidade de uma identidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no domínio da defesa justifica-se pela afirmação dos interesses comuns no setor da defesa.

A CPLP tem assim uma matriz identitária que assenta nos laços históricos, nos traços culturais comuns, na geografia ribeirinha e marítima que molda e une os povos, nos valores semelhantes do humanismo e multiculturalismo e, fundamentalmente, no “território” cultural comum que é a língua portuguesa. A CPLP tem-se afirmado como um espaço internacional que tem como objetivos estratégicos a consolidação da realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, bem como a valorização da progressiva afirmação internacional do conjunto desses países. É no quadro destes objetivos estratégicos que se encontram os valores essenciais, partilhados por todos os países da CPLP, que interessa segurar e proteger e os quais devem servir de suporte às bases conceptuais do protocolo de cooperação em defesa da CPLP e, conseqüentemente, à identidade da CPLP no domínio da defesa. Essa identidade deve assentar na afirmação e proteção de valores comuns e na maximização do enorme potencial da CPLP no domínio da cooperação no setor da defesa.

No âmbito desta identidade no domínio da defesa, importa abordar os conceitos de defesa e de segurança. Defesa é normalmente interpretada como o conjunto de medidas, principalmente de carácter militar, mas também políticas, económicas, sociais e culturais, que permitam reforçar as potencialidades de uma entidade e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todo o tipo de ameaças que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a sua segurança. Segurança pode ser entendida como uma condição a atingir, implicando a preservação dos valores centrais que uma entidade quer promover.

Ainda neste âmbito constata-se o alargamento do tradicional conceito de segurança. O conceito de segurança humana, oficialmente utilizado pela primeira vez num relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1994, diminui a ênfase sobre os territórios e acentua a atenção dada às populações. É um alargamento do conceito tradicional de segurança, centrado quase exclusivamente na vertente político-militar, e que tem vindo progressivamente a ser incorporado na documentação e prática estratégica das organizações internacionais, bem como em muitos, senão na totalidade, dos países da CPLP.

## **2. DO CONTEXTO ESTRATÉGICO: AS DINÂMICAS DE INSEGURANÇA E DE SEGURANÇA NO ESPAÇO DA CPLP**

No espaço da CPLP identificam-se diversas dinâmicas de insegurança. Das várias ameaças com potencial para fazer perigar os interesses dos países da CPLP realçam-se o crime organizado transnacional, principalmente o associado ao tráfico de pessoas e de drogas; a disputa por recursos marinhos e energéticos, de que a pirataria assume uma forma mais inquietante; o crescente radicalismo religioso, com impactos mais preocupantes em África e na Europa; os conflitos regionais, como por exemplo nos Grandes Lagos, no Magrebe, ou na Europa de Leste; as ameaças cibernéticas; os riscos decorrentes da degradação ambiental e das alterações climáticas; e os problemas internos, de natureza social e/ou política, de cada um dos países da CPLP e que, sendo do seu domínio soberano, abrem diversas possibilidades de cooperação para uma mitigação mais eficiente e eficaz. Como corolário do conjunto destes desafios estas dinâmicas afiguram-se como muito complexas, exigindo abordagens e capacidades multissetoriais e, na maior parte das vezes, multilaterais.

No espaço da CPLP também se identificam diversas dinâmicas de segurança. Nos espaços geopolíticos a que os Estados Membros da CPLP pertencem constata-se a dinamização de diversas iniciativas no âmbito da segurança e defesa regional, tais como a Arquitetura de Paz e Segurança Africana da União Africana, ou o desenvolvimento da política comum de segurança e defesa da União Europeia (UE). Estas iniciativas têm um elevado potencial

no campo da defesa, merecendo algumas delas o apoio financeiro, técnico e político de atores globais - como os EUA, a China, ou a UE. São apoios que materializam o crescente interesse dessas grandes potências no espaço onde os Estados Membros da CPLP se inserem, interesse que tem por base razões económicas, mas também estratégicas, face aos recursos aí existentes e à disputa pela influência nessas regiões.

No quadro destas dinâmicas também se constata o aumento das ações de cooperação bilateral, no domínio da defesa, entre os Estados Membros da CPLP. Este aumento da cooperação demonstra a mais-valia que esses países encontram na associação de uma cultura de traços comuns, assentes na lusofonia, com as atividades num domínio tão específico e sensível como a defesa.

É no Atlântico Sul que se situa a maioria dos Estados Membros da CPLP. Este espaço geográfico conta com importantes recursos energéticos em ambas as margens, mas também com diversos desafios de natureza securitária relacionados com o crime organizado transnacional, a pirataria, ou os conflitos regionais, merecendo por isso especial atenção dos países da CPLP.

### **3. DOS VALORES COMUNS E DOS INTERESSES DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA**

No quadro da matriz idiossincrática sobre a qual se funda a CPLP há valores comuns que interessa proteger. Desde logo os valores culturais, merecendo a língua portuguesa um lugar de elevado destaque, pela sua função única na facilitação e aprofundamento de relacionamentos; mas também os humanistas e os da democracia, que na maior parte das situações tanto custaram a implementar e a cimentar. Paralelamente a estes valores, um ambiente seguro que propicie o desenvolvimento nos diversos países da CPLP é uma condição que importa alcançar e manter.

Além destes valores há naturalmente interesses comuns a salvaguardar. A concertação político-diplomática nos diversos fora internacionais é atualmente fundamental para a salvaguarda dos interesses dos países em variados domínios de atividade. O combate a ameaças complexas, no atual contexto estratégico, só é possível no quadro multilateral de ações internacionais; neste âmbito, a partilha de recursos e o desenvolvimento de capacidades em domínios como a tecnologia, o conhecimento ou as informações, afiguram-se como centrais. Outro aspeto que importa acautelar é a acomodação dos interesses nacionais de cada um dos Estados Membros no quadro multilateral da CPLP; é no equilíbrio entre os interesses nacionais e os multilaterais que se maximizam as vantagens de uma comunidade de países.

#### **4. DO POTENCIAL DA COOPERAÇÃO DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA**

A cooperação na CPLP, no domínio da defesa, tem um elevado potencial. Tradicionalmente, a cooperação multilateral neste domínio é uma atividade que cumpre eficazmente os seus objetivos. De entre as diversas razões para este facto realça-se a forma organizada e disciplinada como os militares desempenham normalmente as suas tarefas e se empenham no cumprimento das missões de formação ou operacionais que lhe são atribuídas. Estas tarefas têm sido desenvolvidas num quadro de sã camaradagem e trabalho em equipa, entre profissionais de um ou mais países, num ambiente cultural com muitos traços comuns, de onde se destaca a língua portuguesa. Este é um importante ativo estratégico que está na base da identidade de defesa da CPLP e que interessa salvaguardar e incentivar. O sucesso das diversas iniciativas neste domínio, já realizadas ou em curso, demonstram bem o enorme potencial deste ativo, contribuindo para que o setor da defesa seja um exemplo para a cooperação noutros domínios.

Os países da CPLP, no domínio da defesa, têm capacidades muito diversas e em patamares de desenvolvimento diferentes. Neste quadro, é possível identificar diversas vantagens na multilateralização da cooperação, das que se realçam, a possibilidade de criação de sinergias, o desenvolvimento partilhado de capacidades, e a oportunidade económica, a qual advém da possibilidade de negócios com mais do que um país. Além disso, como alguns dos desafios e ameaças identificados são comuns à grande maioria dos Estados-membros, importa adotar estratégias de cooperação internacional nos domínios da defesa, assentes na superação de desafios complexos.

O relacionamento de cada um dos países da CPLP com as organizações regionais onde está inserido é um fator importante na identidade de defesa da CPLP. Este relacionamento deve ser assumido na sua plenitude, permitindo diversas vantagens, das que se realçam: o acompanhamento das diversas dinâmicas regionais; o modelo organizacional; o alargamento das redes de relacionamentos; a divulgação das potencialidades da CPLP para atuar em contextos diversos; manter e afirmar o caráter universalista da CPLP.

A condição ribeirinha/marítima de todos os Estados membros da CPLP proporciona enormes vantagens que importa maximizar. O potencial estratégico do mar advém, entre outros, dos recursos estratégicos aí existentes, da sua importância geopolítica e estratégica no atual sistema internacional e da sua condição de fator de conexão e de desenvolvimento. Contudo, este enorme potencial, para ser maximizado, tem de ser devidamente explorado e protegido, pelo que a componente de defesa da CPLP tem um importante papel a desempenhar, onde o conhecimento situacional marítimo tem uma relevância acrescida, pois só assim se conseguem combater as ameaças que se materializam no ambiente marítimo.

A componente de defesa da CPLP deve representar um potencial de dissuasão. As novas ameaças, como o crime organizado associado às redes de tráfico de drogas e de pessoas, ou a pirataria, podem ser mais facilmente mitigados se se notar a presença de uma força de segurança ou militar em determinada área geográfica. Neste âmbito, a realização de exercícios multilaterais, a partilha de informações, ou a eventual coordenação de atividades associadas ao controlo de espaços soberanos, configuram estratégias de dissuasão com elevado potencial de eficácia.

A importância da formação e do ensino na afirmação de identidades é basilar, pois permite aprofundar ou cimentar valores comuns. A possibilidade de intercâmbios neste âmbito, com troca e partilha de conhecimentos e experiências, deve assumir pois um papel dinamizador na CPLP, promovendo iniciativas multilaterais no âmbito do ensino e da formação militar.

## **5. DOS PILARES DA IDENTIDADE DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA**

No quadro do referido anteriormente e face ao contexto estratégico, pode-se resumir a identidade de defesa da CPLP aos seguintes pilares:

O dos valores e interesses. São valores e interesses comuns, os quais interessa proteger e salvaguardar de forma permanente, os valores humanistas e os da democracia, bem como um ambiente seguro que propicie o desenvolvimento nos diversos países da CPLP.

O da mobilização cooperativa. A existência de ameaças e desafios à segurança aos Estados Membros da CPLP aconselha à mobilização cooperativa de todos os países, no sentido de operacionalizar e otimizar eventuais respostas multilaterais a desafios complexos. Contudo, fatores como constrangimentos orçamentais nalguns países ou a ténue capacitação militar noutros, obrigam a que a cooperação neste domínio seja ainda mais eficiente e mais eficaz. Para tal, entre outras possibilidades e caso desejável, parece útil desenvolver sinergias, formular objetivos e efetuar ações e atividades comuns, a avaliar caso a caso, num quadro complementar às dinâmicas regionais onde cada um dos Estados Membros da CPLP se insere.

O da idiossincrasia da CPLP no domínio da defesa. A mais-valia que advém da participação dos diversos Estados-membros da CPLP em organizações internacionais regionais de naturezas distintas, a condição ribeirinha, uma matriz cultural comum e a harmonia e sucesso das ações de cooperação militar, permite delinear uma identidade própria neste domínio, com características únicas.

O da centralidade do instrumento e da cooperação militar. Sendo certo que grande parte dos desafios de segurança que atualmente se colocam ao conjunto dos países da CPLP obrigam a respostas multidisciplinares, com o concurso de diversos instrumentos de poder, é fundamental a ação do instrumento militar. No atual contexto estratégico, a utilização do instrumento militar pode assumir

diversas formas e funções, com as Forças Armadas a desempenharem missões de natureza muito diversa e em ambientes distintos, realçando-se a sua ação de dissuasão. As suas diversas capacidades conferem-lhe um tal caráter de flexibilidade estratégica que o tornam imprescindível face à multidimensionalidade e imprevisibilidade das ameaças atuais, mas igualmente, a uma panóplia enorme de situações internas e externas. A cooperação militar entre os países da CPLP, sendo o conjunto de atividades em que se sustenta a identidade de defesa da CPLP, abrange todas as dimensões do setor da defesa em que os instrumentos militares possam ser desenvolvidos e empregues para salvaguarda dos valores e interesses da CPLP, com especial enfoque no domínio da Cooperação Técnico-Militar e, em particular, no âmbito do ensino e formação militares.

Face ao anteriormente referido, pode-se afirmar que o potencial da CPLP no domínio da defesa é significativo. Contudo, para maximizar e rentabilizar todo este potencial em favor dos Estado Membros é necessário cimentar e afirmar uma identidade de defesa da CPLP, onde os ingredientes, dinâmicas e atividades atrás referidos estejam presentes, mas principalmente, onde haja vontade e empenhamento sincero dos diversos Estados-Membros. Além disso, é fundamental que esta identidade se materialize em ações concretas, enquadradas por um protocolo de cooperação ajustado, e que englobe as estruturas já criadas, as dinâmicas em curso e aquelas que se preveem. Só assim faz sentido.

São Tomé, 26 de maio de 2015